

Relatório do Conselho Fiscal

3.º Trimestre de 2014

1. Introdução

Nos termos do artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais compete genericamente ao Conselho Fiscal fiscalizar a administração da Sociedade, cumprindo-lhe elaborar anualmente relatório sobre a sua ação fiscalizadora e dar parecer sobre o relatório, contas e propostas apresentadas pela administração.

De acordo com a alínea i) do artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, estão as empresas públicas obrigadas a divulgar os relatórios trimestrais de execução orçamental, acompanhados dos relatórios do órgão de fiscalização.

A fiscalização da APL está cometida a um Conselho Fiscal e a uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas que não é membro daquele órgão, adotando o modelo previsto na alínea b) do n.º 1 do artigo 413º do CSC.

O Conselho Fiscal em funções é composto por um presidente, dois vogais efetivos e um suplente, para um mandato, coincidente com o dos restantes órgãos sociais, correspondente ao triénio 2013/2015, eleitos por Deliberação Unânime por Escrito (DUE) de 25 de fevereiro de 2013, e o Revisor Oficial de Contas é a PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, SA, representada pelo Senhor Dr. José Pereira Alves, como membro efetivo, eleito por DUE de 6 de julho de 2013.

No âmbito da sua atuação, o Conselho Fiscal solicitou ao Revisor Oficial de Contas a apresentação de um relatório sucinto sobre a informação financeira trimestral elaborada pela Sociedade.

O relatório do Conselho Fiscal em apreço é, assim, o correspondente ao 3.º trimestre de 2014, e foi emitido com base no documento “Relatório & Contas – Jan – Setembro 2014”, apresentado pelo Conselho de Administração da Sociedade 24 de fevereiro de 2015 bem como no respetivo Relatório do Revisor Oficial de Contas datado de 4 de março de 2015, cujo conteúdo se anexa, constituindo parte integrante do presente documento, na análise das atas do Conselho de Administração e nos esclarecimentos prestados pela Sociedade.

Para elaboração do presente relatório foi solicitada ao Conselho de Administração informação sobre os dados previsionais respeitantes às demonstrações financeiras do período em apreço, de acordo com o orçamento aprovado para 2014, por tal informação não constar do documento apresentado pelo Conselho de Administração, acima mencionado, e ser considerada pelo

Handwritten signature and initials
1

Conselho Fiscal indispensável para uma aferição completa da execução orçamental. Não obstante o pedido efetuado pelo Conselho Fiscal e a intenção transmitida pelo Conselho de Administração no sentido da sua satisfação, até à data não foi remetida ao Conselho Fiscal a referida informação, pelo que o relatório em apreço é elaborado com a limitação emergente da referida situação.

2. Análise da atividade desenvolvida e da execução orçamental

Da análise ao documento “Relatório & Contas – Jan – Setembro 2014”, relativo ao 3.º Trimestre de 2014, salientam-se os seguintes aspetos, sem prejuízo dos possíveis impactos resultantes das conclusões expressas no Relatório do Revisor Oficial de Contas, para as quais se chama a atenção:

- O Resultado Líquido apurado no final do 3.º trimestre de 2014 ascendeu a 1.672.017 euros, refletindo uma variação positiva, face ao período homólogo, de 40,8 %, correspondente a uma melhoria do resultado de 484.921 euros.
- O Resultado Operacional do período cifra-se em 5.207.478 euros, evidenciando um decréscimo de 5,6% (-310.245 euros), face ao valor atingido em igual período do ano anterior, o qual é, fundamentalmente, explicado pela redução da rubrica de Vendas e Serviços Prestados (-3.260.866 euros) que não foi, totalmente, compensada pelo decréscimo observado nas principais rubricas de custos.
- Principalmente por via da redução da rubrica de Vendas e Serviços Prestados, o indicador EBITDA registou uma diminuição de 1.266.264 euros, correspondente a uma variação negativa de 7,4% face ao período homólogo.
- Para o acréscimo observado no Resultado Líquido acima indicado foi preponderante a diminuição registada nas rubricas Gastos/Reversões de Depreciações e Amortizações (-956.020) e Juros e Gastos Similares Suportados (-776.332).
- O volume de negócios¹ apurado no final do período regista uma redução da ordem dos 11% (- 3.928 milhares de euros), face ao verificado no período homólogo do ano anterior e um desvio negativo de 6,7% (-2.300 milhares de euros), face ao valor orçamentado para o mesmo período. Esta situação deve-se fundamentalmente à quebra de receitas resultantes do Regulamento de Tarifas, justificando a empresa tal situação com a eliminação em 2014 da taxa TUP/Carga e com a redução de cerca de 7% no movimento de navios no Porto de Lisboa, face ao período homólogo, por efeito das greves verificadas

¹ Constituído pelas receitas obtidas com serviços prestados, usos dominiais e rendas e rendimentos de propriedades de investimento.

Luís R ² *GP*

no final de 2013 e início de 2014 que provocaram o desvio de alguns operadores para outros portos nacionais e estrangeiros.

- Relativamente às principais rubricas de gastos operacionais, Gastos com Pessoal e Fornecimentos e Serviços Externos, regista-se no seu cômputo global uma redução de 7,2% face ao período homólogo (-1.376 milhares de euros), e um desvio negativo face ao valor orçamentado da ordem de 9% (1.726 milhares de euros). Para este desempenho contribuiu fundamentalmente o decréscimo registado nos Fornecimentos e Serviços Externos em cerca de 15,1% face ao período homólogo (- 972 milhares de euros), já que os Gastos com Pessoal registam uma ligeira redução, face ao mesmo período do ano anterior, de cerca de 3% (-404 milhares de euros).
- No que toca aos Gastos com Pessoal verifica-se que o aumento dos encargos com remunerações resultante do agravamento da taxa contributiva das entidades empregadoras para a Caixa Geral de Aposentações (CGA), respeitante aos trabalhadores da empresa sujeitos àquela quotização², foi compensado pela redução registada nas remunerações em resultado da diminuição do quadro de pessoal.
- O Resultado Financeiro negativo apurado no semestre ascendeu a cerca de 3.300 milhares de euros, tendo-se registado uma diminuição de 19,1% (-776,8 milhares de euros) face ao período homólogo, verificando-se um desvio negativo dos gastos financeiros apurados face ao orçamentado para o mesmo período, na ordem dos 20%. Para a redução indicada contribuiu, a reestruturação do passivo remunerado da qual resultaram condições financeiras mais favoráveis.
- No que toca à estrutura patrimonial da APL, comparando os valores reportados no Balanço a 30 de setembro de 2014 com os de 31 de dezembro de 2013, verifica-se uma redução do Ativo de cerca de 2,7% (- 10.782 milhares de euros) por contrapartida de um aumento no Capital Próprio de cerca de 0,3% (+ 668 milhares de euros) a par de uma diminuição do Passivo de 5,8% (-11.451 milhares de euros).

A capacidade da empresa para honrar os seus compromissos, medida pelo rácio de solvabilidade (Capital Próprio sobre o Passivo Total) melhorou face a 31 de dezembro de 2013, tendo passado de 104% para 111%. Também o indicador de autonomia financeira (Capital Próprio sobre o Ativo Total) melhorou ligeiramente, face a 31 de dezembro do ano anterior, atingindo 53% no final do período em análise.

- Salienta-se a redução operada no passivo remunerado (-7.175 milhares de euros) face a 31 de dezembro de 2013 e alteração da respetiva estrutura mediante a diminuição do

² A partir de 1 de janeiro de 2014 esta taxa sofreu uma alteração de 20% para 23,75%.

Instituto
3
GP

passivo de curto prazo em cerca de 41,7% e acréscimo do passivo de médio e longo prazo em 6,6%, em resultado das medidas de reestruturação levadas a cabo. No final do período o passivo remunerado ascendia a cerca de 113,5 milhares de euros, dos quais cerca de 16% correspondem a passivos de curto prazo e 84% a passivos de médio e longo prazo.

- O Plano de Investimentos previsto para 2014 ascende, sensivelmente, a 5,2 milhões de euros, verificando-se, até ao final do trimestre em apreço, uma taxa de execução de apenas 12,3% (648,9 milhares de euros), registando uma variação negativa face ao valor orçamentado para o período da ordem de 83,6 %.
- Na atividade prosseguida pela APL no terceiro trimestre de 2014 destaca-se o seguinte:
 - Autorização para o lançamento de procedimento público tendente à implementação do projeto de reengenharia dos processos de compra e contratação (adaptação do SAP ERP) com vista a aumentar a eficiência e a produtividade e a aumentar a capacidade de *reporting* e controlo analítico e de execução orçamental da empresa, cuja aquisição se encontra prevista no Plano de Investimentos para o triénio 2014/2016, com um valor de 200 milhares de euros;
 - Carta dirigida à Volvo Ocean Race S.L.U. sobre o incumprimento da sociedade João Lagos Sports, Gestão de Eventos, S.A., entretanto submetida a um Processo Especial de Revitalização (PER), do contrato respeitante à organização da 12ª e 13ª edições da Volvo Ocean Race no Porto de Lisboa, através da qual a APL conjuntamente com a Direção-Geral de Política do Mar (DGPM), enquanto garantes, se compromete a transferir todas, ou parte, das obrigações cometidas àquela empresa para uma terceira entidade, a fim de garantir que o evento se realize com sucesso em 2015;
 - Aprovação do relatório final do júri do “concurso público da empreitada de reabilitação do Cais de Cruzeiros de Santa Apolónia, Lisboa” nos termos do qual se propõe a adjudicação da proposta apresentada pelo candidato FCM e STB;
 - Aprovação da adjudicação ao BPI da prestação de serviços de consultadoria financeira e análise económica e financeira do projeto de aumento da capacidade do Terminal de Contentores de Alcântara;
 - Aprovação de proposta com vista ao licenciamento da atividade de recolha de resíduos na área do porto de Lisboa;

Subscrito 4
G

- Aprovação do programa de concurso e caderno de encargos para lançamento do concurso público internacional para atribuição da concessão de serviço público da atividade de movimentação de carga geral contentorizada e fracionada no terminal portuário “TML – Terminal Multipurpose de Lisboa” e nomeação do respetivo Júri.
- Aprovação de processo de colaboração da APL na prestação de serviços de pessoal especializado na operação de navios de cruzeiro, no âmbito do processo de transição da gestão do serviço público no Terminal de Cruzeiros de Lisboa, na sequência de pedido apresentado pela LCT – Lisbon Cruise Terminals;
- Elaboração de estudo da APL sobre a localização mais favorável para o futuro Terminal de Contentores de Lisboa, no qual se conclui, de acordo com os critérios aplicados, que a opção Barreiro é a que evidencia maior sustentabilidade;
- Aprovação do projeto de execução da remodelação da Gare Marítima de Alcântara para a instalação do Conselho de Administração, com um valor de obra estimado em 390,6 milhares de euros e um prazo de execução de 4 meses.

3. Cumprimento das orientações do acionista

Relativamente ao cumprimento das disposições legais aplicáveis, em 2014, ao Setor Empresarial do Estado e às instruções transmitidas através do ofício circular da Direção-Geral do Tesouro e Finanças n.º 7037, de 21 de novembro de 2013, para a elaboração dos Instrumentos Previsionais de Gestão para 2014, destacam-se os seguintes aspetos:

- Como anteriormente referido, no final do 3.º trimestre de 2014, o indicador EBITDA regista um decréscimo face ao período homólogo de 7,4%, justificando a APL esta situação com a redução do volume de negócios em resultado da extinção da taxa TUP/Carga;
- O peso das principais rubricas de gastos operacionais (Fornecimentos e Serviços Externos e Gastos com Pessoal) face ao Volume de Negócios¹, apresenta-se superior ao valor apurado no 3.º trimestre do ano anterior, porém, inferior ao que havia sido admitido pela Sociedade, para o mesmo período, no quadro do Plano de Atividades, Investimento e Orçamento 2014/2016:

Juliano R
5
[Signature]

Em euros

	3.º Trimestre 2014	3.º Trimestre 2013	Orçamento (3.º Trimestre 2014)
Volume de Negócios (VN)	31.888.224	35.816.121	34.188.323
Principais Gastos Operacionais (GO)	17.687.159	19.062.797	19.413.586
FSE	5.446.174	6.437.674	6.838.181
Pessoal	12.220.985	12.625.123	12.575.405
GO/VN	55%	53%	57%

- À semelhança dos trimestres anteriores, a APL no período em apreço não aplicou as reduções remuneratórias nos termos legais relativas aos seus trabalhadores, concretamente as previstas na Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro, estendendo aquele procedimento às remunerações dos membros dos seus Órgãos Sociais a partir daquela data, justificando tal situação com a manutenção das circunstâncias e fundamentos que sustentaram a não aplicação das normas legais de reduções remuneratórias aos trabalhadores da APL a partir de 2011, designadamente as subjacentes ao despacho n.º 1695/2013-SEAP, de 5 de junho, referindo que tal procedimento foi objeto de comunicação pela Associação dos Portos de Portugal (APP) ao Gabinete do Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações.
- As despesas com deslocações, ajudas de custo e alojamento, totalizam no final do terceiro trimestre cerca de 43,4 milhares de euros, correspondendo a 97% do valor apurado no final de 2013.
- O Prazo Médio de Pagamentos (PMP) apurado no final do 3.º trimestre de 2014, pela APL, ascende a 53 dias, apresentando-se superior em 1 dia face ao reportado à data de 31 de dezembro de 2013 (52 dias)³. Porém, verifica-se a redução do volume de obrigações de pagamentos em atraso (“Arrears”), de prazo de vencimento superior a 90 dias, na ordem de 27,6%, face ao registado no final do ano de 2013².

4. Conclusão

O Conselho Fiscal entende que o Relatório & Contas relativo ao 3º trimestre de 2014, da Administração do Porto de Lisboa, S.A., apresentado pelo seu Conselho de Administração, reflete a atividade e o desempenho da empresa no período em causa, com informação

³ De acordo com o Relatório de Gestão do exercício de 2013.



detalhada e justificativa das alterações ocorridas, excetuando no que concerne aos dados previsionais das demonstrações financeiras do período em apreço e às situações evidenciadas no respetivo relatório do Revisor Oficial de Contas.

Destaca-se no trimestre em análise o decréscimo do Volume de Negócios face ao mesmo período do ano de 2013, refletindo a quebra de receitas em resultado da eliminação, em 2014, da taxa TUP/Carga assim como os efeitos das greves dos estivadores no Porto de Lisboa, as quais provocaram o desvio de alguns operadores para outros portos nacionais.

Lisboa, 2 de junho de 2015

O Conselho Fiscal

Cristina Maria Vieira de Sampaio

Presidente

Maria Luisa Rilho

Vogal

Ana Teresa Pereira Peralta Reyes

Vogal